

PF prende Milton Ribeiro e agrava desgastes de Bolsonaro



Policiais federais deixam o MEC após cumprirem mandato de busca e apreensão no local. Pedro Ladeira/Folhapress

# PF prende Milton Ribeiro e pastores do MEC e agrava desgaste de Bolsonaro

Ex-ministro saiu do governo neste ano após suspeitas sobre liberação de verbas do FNDE em 'balcão de negócios' na pasta

Fabio Serapião, Paulo Saldanha e Camila Mattoso

**BRASÍLIA** A Polícia Federal realizou nesta quarta-feira (22) uma operação contra o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro e pastores evangélicos suspeitos de operar um balcão de negócios na pasta e na liberação de verbas do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Ribeiro e os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, ambos ligados ao presidente Jair Bolsonaro (PL), foram presos. Também foram detidos Luciano de Freitas Musse, advogado e ex-assessor do MEC, e Helder Bartolomeu, ex-assessor da Prefeitura de Goiânia. Agentes federais estiveram na sede do MEC, em Brasília, em operação que trouxe novo desgaste a Bolsonaro a cerca de três meses das eleições.

Além da crise na economia, incluindo a alta do preço dos combustíveis, e da instabilidade política, com seguidos ataques ao Judiciário, a campanha do presidente viu fragilizar ainda mais a tentativa de um discurso anticorrupção. Em março, Bolsonaro havia dito que colocaria a "cara no fogo" por Ribeiro em meio às suspeitas no Ministério da Educação. Nesta quarta, buscou se descolar do antigo aliado, dizendo que "ele que responde pelos atos dele".

Os dois pastores presos pela PF são apontados como lobistas que atuavam no MEC. Ação desta quarta foi batizada de Acesso Pago e investigada a prática de "tráfico de influência e corrupção para liberação de recursos públicos". Com base em documentos, depoimentos e um relatório da CGU (Controladoria-Geral da União) foram mapeados indícios de crimes na liberação de verbas do FNDE. Ao todo, foram cumpridos 13 mandados de busca e apreensão em Goiás, São Paulo, Paraná e Distrito Federal.

No mandado de prisão de Ribeiro, o juiz Renato Borelli, da 15ª Vara Federal em Brasília, listou os crimes investigados e que podem ter sido cometidos pelo ex-ministro. São eles: corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência. A defesa de Ribeiro afirmou que a prisão é ilegal e que vai buscar a soltura dele.

**O MEC ressalta que o governo federal não compactua com qualquer ato irregular e continuará a colaborar com as investigações do Ministério da Educação em nota**

O magistrado decretou a prisão preventiva de Ribeiro, que não tem prazo. Também foi determinada a transferência do ex-ministro de Bolsonaro para a superintendência da PF no Distrito Federal.

No entanto, após a PF alegar risco de segurança e restrições orçamentárias, a Justiça Federal permitiu que Ribeiro fique em São Paulo e participe da audiência de custódia nesta quinta-feira (23) por meio de videoconferência.

Outro dos detidos nesta quarta, o advogado Luciano de Freitas Musse, trabalhou no MEC durante 11 meses e é ligado aos pastores. Ele foi nomeado por Ribeiro para o cargo de gerente de projetos no MEC em abril de 2021 e só foi demitido em março deste ano, após a saída do titular da pasta.

Antes disso, ele integrava o grupo dos pastores e esteve em ao menos três encontros oficiais com o ex-ministro. Já Helder Bartolomeu trabalhou como assessor da Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura de Goiânia.

Os dois pastores, Gilmar e Arilton, são peças centrais no escândalo do balcão de negócios do ministério. Como mostrou a Folha, eles negociavam com prefeitos a liberação de recursos federais mesmo sem ter cargo no governo.

Os recursos são do FNDE, órgão ligado ao MEC controlado por políticos do centrão, bloco político que dá sustentação a Bolsonaro desde que ele se viu ameaçado por pedidos de impeachment. O fundo concentra os recursos federais destinados a transferências para municípios.

Prefeitos relataram pedidos de propina, até em ouro. Em áudio revelado pela Folha, o ex-ministro disse que priorizava pedidos dos amigos de um dos pastores a pedido de Bolsonaro.

Na gravação, o então ministro dizia ainda que isso atendia a uma solicitação do presidente e mencionava pedidos de apoio que seriam supostamente direcionados para construção de igrejas. A atuação dos pastores junto ao MEC foi revelada pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Ribeiro deixou o cargo no fim de março, uma semana após a publicação do áudio. Musse frequentava um ho-

tel e um restaurante em Brasília usado pelos religiosos para negociar com prefeitos, inclusive quando já estava no MEC.

Já Helder Bartolomeu fazia parte da comitiva dos pastores. Ele esteve em um evento em Nova Odessa (SP) com o ministro e pastores, em agosto do ano passado.

Após esse evento uma denúncia da atuação dos pastores foi levada a Milton Ribeiro. Antes de realizar essa agenda, o prefeito de Piracicaba teria recebido pedido de dinheiro para que o município abrigasse o evento do MEC, transferido para Nova Odessa após recusa de pagamento.

Em nota, o ministério confirmou que a PF esteve na sede da pasta e disse colaborar com as investigações em todas as instâncias.

"O MEC ressalta que o governo federal não compactua com qualquer ato irregular e continuará a colaborar com as investigações", diz a nota.

Gilmar Santos e Arilton Moura negociavam, ao menos desde janeiro de 2021, a liberação de empenhos para obras de creches, escolas, quadras ou para compra de equipamentos. Os recursos são geridos pelo FNDE.

Os pastores gozavam de trânsito livre no governo, organizavam viagens do então ministro com lideranças do FNDE e intermediavam encontros de prefeitos na própria residência de Ribeiro.

Ambos tinham em um hotel de Brasília uma espécie de QG para negociação de recursos. Ali, recebiam prefeitos, assessores municipais e também integrantes do governo. Gilmar Santos preside uma entidade chamada Convenção Nacional de Igrejas e Ministros de Assembleias de Deus no Brasil Cristo para Todos, da qual Arilton aparecia como secretário. Os religiosos tinham relação com o presidente Bolsonaro desde antes de intensificar a agenda no MEC.

Em 18 de outubro de 2019, primeiro ano do governo, participaram de evento no Palácio do Planalto com o presidente e ministros. Ambos somaram 45 entradas no Palácio do Planalto. Estiveram outras 127 vezes no MEC e no FNDE.

Ambos negam irregularidades, bem como o ex-ministro e integrantes do FNDE.

Continua na pág. A5

Continuação da pág. A4

Com o centrão no comando, o FNDE virou uma espécie de balcão político, com atuação dos pastores, explosão de empenhos para atender políticos aliados ao governo Bolsonaro...

Enquanto o governo atendeu aliados, o MEC travou a liberação de R\$ 434 milhões do FNDE a prefeituras de todo o país. Os valores se referem a obras em 1.369 prefeituras...

As diretorias do fundo também são loteadas. O diretor de Ações Educacionais do FNDE, Garigham Amarante Pinto, por exemplo...

FNDE é controlado por indicações de partidos do centrão. O presidente, Marcelo Lopes da Ponte, era assessor de Ciro Nogueira (PP-PI), ministro da Casa Civil de Bolsonaro...



O presidente Jair Bolsonaro (PL) posa para foto ao lado do então ministro Milton Ribeiro (Educação) e dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura em evento no MEC

Quem é quem

Milton Ribeiro: Pastor de uma igreja presbiteriana em Santos (SP), foi o terceiro ministro da Educação do governo Jair Bolsonaro. Chegou ao cargo em julho de 2020 após a demissão de Abraham Weintraub...

Gilmar Santos: Pastor de uma Goiânia (GO), uma entidade chamada Convenção Nacional de Igrejas e Ministros de Assembleias de Deus no Brasil Cristo para Todos...

Arilton Moura: Também pastor e aparecia como secretário da convenção nacional presidida por Gilmar Santos, a quem trata como chefe. Ao lado de Gilmar Santos, negociava liberação de verbas federais da Educação...

Defesa do ex-ministro diz que prisão é desmotivada, injusta e desnecessária

OUTRO LADO

BRASÍLIA O advogado do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, preso na manhã desta quarta (22), afirmou que irá entrar com um pedido de habeas corpus para libertar seu cliente, sob o argumento de que as suspeitas apontadas para justificar a prisão não são contemporâneas...

“Vamos entrar com pedido de habeas corpus visando o reconhecimento da coação ilegal imposta, especialmente porque os fatos são pretéritos e sem contemporaneidade. Não se poderia decretar a medida excepcional”, diz a nota assinada pelo advogado Daniel Bialski.

Ela afirma também que a razão da prisão preventiva decretada pela Justiça é “injusta, desmotivada e indistintivamente desnecessária”. A chamada Lei Anticrima, de 2019, estabelece que a prisão preventiva (sem prazo determinado) só pode ser decretada se ficarem especificados pelo juiz fatos novos ou contemporâneos...

“Nuca tive conhecimento de qualquer tipo de postura do ex-ministro na minha frente que pudesse me levar a qualquer tipo de deslealdade”, disse Veiga. “Nuca tive conhecimento de qualquer tipo de postura do ex-ministro na minha frente que pudesse me levar a qualquer tipo de deslealdade”, disse Veiga.

“vai provar que ele [Ribeiro] é uma pessoa honesta.”. A esposa diz que eu amo a vida dele, tá?”, afirmou a primeira-dama, quando questionada sobre a demissão.

Procurada, a advogada de Arilton Moura, Nara Nishizawa, disse que só se manifestará nos autos do processo. A Folha não conseguiu localizar a defesa de Gilmar Santos nesta quarta. Tampouco foram localizados os advogados de Luciano de Freitas Musse e Helder Bartolomeu.

A atual ministro da Educação, Victor Godoy Veiga, concedeu breves entrevistas nesta quarta em que falou que a pasta colabora com as investigações e negou ter conhecimento de qualquer irregularidade. Veiga era número 2 de Ribeiro antes de assumir o posto e esteve com os pastores.

“Vamos entrar com pedido de habeas corpus visando o reconhecimento da coação ilegal imposta”

Daniel Bialski advogado de Milton Ribeiro, em nota

Corrupção bolsonarista, capítulo 3

O sigilo, a desinformação e o apagão de dados neutralizam controle e facilitam crime

Conrado Hüber Mendes

Professor de direito constitucional da UnB e diretor de Ensino e Extensão Acadêmica e membro do Observatório República, Ciência e Sociedade - OBS

Tudo governo corrupto pede ignorância: produz ignorância e depende da ignorância. Não há maior aliado do estado do que a ignorância. Não há maior aliado do estado do que a ignorância. Não há maior aliado do estado do que a ignorância...

legio militar, sem ter feito provas administrativas que todos se submeteram, virou sigiloso. Diante a evidência, a falta de governamentalidade e a falta de governamentalidade e a falta de governamentalidade...

Se a PF prendeu, tem um motivo, diz Bolsonaro sobre seu ex-ministro

Presidente afirma que não interfere na polícia e volta a falar em corrupção zero em seu governo

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse que, com o ministro Milton Ribeiro (Educação), preso pela Polícia Federal na quarta-feira (22), deve responder pelo seu caso...



Jair Bolsonaro, no lançamento da Agência Institucional do Sistema de Controle, em Brasília

“Eu boti minha cara toda no fogo pelo Milton”

Jair Bolsonaro presidente da República, em 12 mar

“De que responde pelos atos dele, eu peço a Deus que não tenha problema nenhum”

Jair Bolsonaro 12 mar 2021, em 23 jun

Entenda as suspeitas sobre o caso do 'balcão de negócios' do MEC

Como tudo aconteceu

Milton Ribeiro se tornou alvo de grande pressão após a revelação de indícios de um esquema informal de obtenção de verbas em nome do MEC...

O que diz o ministro

“Eu não tenho nada a declarar”, afirmou Bolsonaro. “Eu não tenho nada a declarar”, afirmou Bolsonaro. “Eu não tenho nada a declarar”, afirmou Bolsonaro...

O que dizem os defensores

“O advogado do ex-ministro Milton Ribeiro afirmou que irá entrar com um pedido de habeas corpus para libertar seu cliente, sob o argumento de que as suspeitas apontadas para justificar a prisão não são contemporâneas...”

O que dizem os críticos

“A gente não compactua com nada disso. Agora, não sei qual a profundidade dessa investigação. No meu entender, não é uma investigação, porque não tem os elementos necessários para se falar em crime...”

“O ministro disse que Milton Ribeiro é um homem íntegro, que não tem nada a declarar”, afirmou Bolsonaro. “O ministro disse que Milton Ribeiro é um homem íntegro, que não tem nada a declarar”, afirmou Bolsonaro...

“O ministro disse que Milton Ribeiro é um homem íntegro, que não tem nada a declarar”, afirmou Bolsonaro. “O ministro disse que Milton Ribeiro é um homem íntegro, que não tem nada a declarar”, afirmou Bolsonaro...

“O ministro disse que Milton Ribeiro é um homem íntegro, que não tem nada a declarar”, afirmou Bolsonaro. “O ministro disse que Milton Ribeiro é um homem íntegro, que não tem nada a declarar”, afirmou Bolsonaro...

“O ministro disse que Milton Ribeiro é um homem íntegro, que não tem nada a declarar”, afirmou Bolsonaro. “O ministro disse que Milton Ribeiro é um homem íntegro, que não tem nada a declarar”, afirmou Bolsonaro...

# Campanha de Bolsonaro vive seu pior momento com prisão, dizem aliados

Avaliação é que operação macula discurso anticorrupção do governo e será explorada pela oposição

**BRASÍLIA** Aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL) avaliam que a prisão do ex-ministro Milton Ribeiro (Educação), nesta quarta-feira (22), coroa o pior momento da campanha eleitoral do mandatário, que aparece em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto para as eleições de outubro, distante do líder Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Já apreensivos com a alta do preço dos combustíveis, anunciada na semana passada pela Petrobras, pessoas próximas do presidente dizem que a prisão abala ainda mais um dos pilares da campanha, que é o discurso anticorrupção, usado para tentar fazer frente ao ex-presidente petista.

Como mostra a coluna Mônica Bergamo, da Folha, aliados do presidente da República dizem que o episódio é um "verdadeiro desastre". A oposição, por sua vez, vai se aproveitar do caso exatamente para apontar novas contradições no discurso do mandatário de que não haveria ilícitos em sua gestão. Aliados de Lula, por exemplo, reforçaram nesta quarta-feira a defesa da abertura de uma CPI para investigar o MEC.

Um integrante do núcleo duro da campanha bolsonarista diz que "não tem vida fácil", ao comentar a detenção de Ribeiro e de pastores ligados ao governo. Este aliado de Bolsonaro, porém, rechaça a tentativa da oposição de colar a prisão do ex-ministro no presidente, indicando estratégia a ser adotada.

Outro aliado de Bolsonaro, ministro do governo, alega que a investigação não citou o presidente.

Diante da prisão de Ribeiro, a linha da campanha em defesa do mandatário é que a apuração ainda não evidenciou nenhuma delação, por exemplo, como o do ex-ministro Antonio Palocci, titular da Casa Civil e da Fazenda dos governos petistas, que acusou Lula de atos de corrupção.

Apesar do argumento, em um áudio revelado pela Folha, Milton Ribeiro disse que priorizava demandas dos amigos de um dos pastores a pedido de Jair Bolsonaro.

Ribeiro foi nomeado ministro da Educação em julho de 2020 e deixou o cargo em março deste ano, uma semana depois da revelação do áudio.

Integrantes da campanha de Bolsonaro dizem ser preciso ter cautela para verificar os desdobramentos da operação da Polícia Federal.

A constatação é a de que, se houve prisão, a polícia pode ter provas e elementos contundentes para ter realizado a operação. Qualquer tentativa de defender Milton Ribeiro

das acusações, portanto, pode ser um tiro no pé.

Nesta quarta-feira, o próprio Bolsonaro deu o tom do discurso que será usado para defendê-lo: o de tentar se descolar do ex-ministro e dizer que a PF tem autonomia sob sua gestão.

Bolsonaro disse nesta quarta que "a imprensa vai dizer" que Ribeiro é ligado a ele, mas que é preciso ter "paciência" em relação a isso.

O deputado federal Sôstenes Cavalcante (PL-RJ), presidente da Frente Parlamentar Evangélica, classificou o episódio como "lamentável".

"Eu não quero ser leviano de acusar. Não é um episódio que ajuda o governo, mas, ao agir imediatamente, deixar a investigação correr e que a punição ocorra logo, é uma forma diferente de governar com relação ao que a gente via antes", disse.

"Antes, dava-se o cargo de ministro ao investigado para se ter imunidade para não ser preso. Há uma diferença monstruosa."

O pastor e parlamentar Marco Feliciano (PL-SP) fez publicações no Twitter em que afirma ser um "dia muito triste" para a igreja evangélica de vertente pentecostal.

"A prisão do PR Gilmar Santos, pelo qual, como pregador da palavra, sempre tive respeito e admiração, nos causa um profundo constrangimento. Nos resta apenas aguardar os desdobramentos", afirmou.

O filho mais velho do presidente, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), afirmou em vídeo publicado nas redes sociais que o governo federal está tranquilo e aguarda que Ribeiro preste seus esclarecimentos. Ele aproveitou para atacar o PT e acusar a oposição de usar a prisão do ex-ministro eleitoralmente.

"Enquanto o presidente Bolsonaro trabalha dia e noite para reduzir o preço do combustível, para reduzir o preço da comida, a oposição tenta usar isso eleitoralmente e colocar o Bolsonaro na mesma prateleira do Lula", afirmou.

Flávio ainda buscou eximir seu pai de culpa no episódio e exaltou sua postura a segundo ele, permitindo que a Polícia Federal promova uma investigação "isenta, independente, sem interferência".

"Foi o próprio ex-ministro que, em seu primeiro depoimento, colocou no papel que o presidente Bolsonaro não tem absolutamente nada a ver com as suspeitas que estão recaindo sobre ele neste momento", afirmou.

Outro filho do presidente, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) gravou vídeo em que ironiza decisão an-



O deputado Sôstenes Cavalcante (PL-RJ) discursando na Câmara dos Deputados. Paulo Sérgio/Divulgação Câmara dos Deputados

“Eu não quero ser leviano de acusar. Não é um episódio que ajuda o governo, mas, ao agir imediatamente, deixar a investigação correr e que a punição ocorra logo, é uma forma diferente de governar com relação ao que a gente via antes”

**Sôstenes Cavalcante (PL-RJ)**  
deputado federal e presidente da Frente Parlamentar Evangélica

terior do magistrado responsável pela prisão, Renato Borelli. "Esqueça que o juiz que mandou prender o ex-ministro Milton Ribeiro é o mesmo que quis obrigar o presidente Jair Bolsonaro a usar máscara."

Apesar da tentativa de descolamento, a investigação sobre Ribeiro macula a campanha de Bolsonaro não apenas por atingir um ex-ministro, mas por mirar no FNDE, órgão controlado pelo centrão, grupo de partidos que dá sustentação a Bolsonaro.

O FNDE foi entregue aos políticos como forma de o presidente da República criar uma base de apoio no Congresso para evitar o avanço de pedidos de impeachment. Julia Chaib, César Feitoza, Raquel Lopes e Renato Machado

**Prisão é grave, mas eleição prejudica CPI, diz Pacheco**

**BRASÍLIA** O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que a prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro é "grave" e que o governo Bolsonaro precisa dar explicações, sobretudo a atual gestão da pasta.

Pacheco, no entanto, indicou que a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o tema, que ganhou força nesta quarta-feira (22), não ocorrerá com facilidade.

Ele disse que a prisão pre-

ventiva de Ribeiro é um "fato relevante", mas não "determinante" para a abertura da comissão. Além disso, avaliou que a proximidade do período eleitoral acabaria sendo prejudicial para os trabalhos de investigação.

"Num momento pré-eleitoral e muito próximo das eleições, isso de fato é algo que prejudica o escopo de uma CPI, que é uma investigação isenta, que toma o tempo necessário, a própria composição dela, com todos os senadores dedicados na comissão parlamentar de inquérito. Então o fato de estarmos num momento muito próximo das eleições acaba prejudicando essa e de qualquer outra CPI que venha ser instalada", disse Pacheco.

Ele ressaltou, porém, que a posição da presidência do Senado é "obediência à Constituição e ao regimento".

"De modo que se esse requerimento de CPI, assim como outros requerimentos de CPI, deve observar os limites os requisitos que se exige para apreciação da presidência do Senado. Cumpridos os requisitos, toda e qualquer CPI será instalada", afirmou.

Pacheco evitou fazer um julgamento sobre a prisão, alegando que não teve acesso aos autos do inquérito.

No entanto, pediu apuração rigorosa dos fatos e cobrou explicações do governo federal, "sobretudo do atual Ministério da Educação".

Após a prisão de Ribeiro, aumentou a pressão pela instalação de uma CPI para investigar o balcão de negócios do MEC. O requerimento havia sido inicialmente sugerido em abril deste ano e chegou a reunir as assinaturas necessárias.

No entanto, após pressão do governo, três senadores recuaram e praticamente sepultaram a criação da comissão.

Nesta quarta-feira, o líder do MDB, Eduardo Braga (MDB-AM), e a senadora bolsonarista Soraya Thronicke (União Brasil-MS) incluíram seus nomes no requerimento.

Horas depois foi o senador Rafael Tenório (MDB-AL), que assumiu após pedido de licença do senador Renan Calheiros (MDB-AL). O suplente colocou sua assinatura após pressão de Renan.

Havia na noite desta quarta 26 subscretores, mas Randalfe considerava como certa a assinatura do presidente da Comissão de Educação, Marcelo Castro (MDB-PI) — que já anunciou que será o 27º parlamentar a assinar.

A liderança do governo no Senado minimizou a proximidade de reunião de todas as assinaturas necessárias. O líder Carlos Portinho (PL-RJ) mencionou que já há outros três requerimentos de CPIs protocolados, com as assinaturas necessárias. Por isso há o entendimento de que há uma "fila" que precisa ser respeitada.

Nos bastidores, os governistas afirmam que podem mesmo judicializar a questão, caso a CPI do MEC passe na frente das demais. **RM e RL**

## Tom da reação ao caso gera dilema evangélico para rivais

**ANÁLISE**

**Igor Gielow**

**SÃO PAULO** A prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro completa uma tempestade perfeita na campanha de Jair Bolsonaro (PL) para tentar permanecer na cadeira em outubro, não bastasse a inflação, a Petrobras, as trágicas mortes na Amazônia.

Final de contas, é um caso de corrupção bravo, com ligação direta entre os envolvidos e a figura presidencial.

Bolsonaro, como ele mesmo disse quando o auxiliar estava em apuros, botava a "cara no fogo" pelo pastor presbiteriano que ocupou o MEC.

Mas é esta última qualificação que torna o episódio algo distinto do que costumamos ver durante as pré-campanhas eleitorais eivadas por prisões de aliados de protagonistas no Brasil.

Senão é um integrante raiz, por assim dizer, do bolsonarismo evangélico que ascendeu com a eleição de 2018, Ribeiro traz para o foco os pastores acusados de engendrar o esquema no governo.

Assim, ambos os lados das principais trincheiras eleitorais, a de Bolsonaro e a de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), medem suas palavras para evitar que a associação entre "pastores" e "corrupção" se torne numa acusação generalizante.

E, com isso, que aliene o grupo que representa 27% do eleitorado, segundo o Datafolha.

Operadores bolsonaristas correram, na manhã desta quarta (22), para tentar unificar um discurso que isolasse o presidente. Evangélicos muito próximos do Planalto, como o deputado pastor Marco Feliciano (PL-SP), foram às redes lamentar o episódio, sem contudo entregar os acusados à fôrma eterna.

Bolsonaro foi na mesma linha, colocando a Polícia Federal como uma Santa Inquisição: se acusou, é porque tem algo a ser explicado. Mas foi isso, sem maiores elaborações, como de resto é típico do modus operandi do político.

Assim, buscou evitar a ideia de que jogou Ribeiro e seus preciosos pastores, que estiveram 45 vezes no Planalto e 100 vezes com o então ministro, no mesmo laço de fogo.

Cabe lembrar que o apoio ao presidente entre evangélicos só fez crescer após a eclosão do escândalo, em março deste ano, naquilo que um estrategista bolsonarista chamou de reação corporativa clássica. Resta saber como será agora.

Ao fim, não parece uma tática muito eficaz, em especial a do caso desdobrar-se, mas é a única possível neste momento. Bolsonaro sempre se gabou de ter 90% das igrejas evangélicas, mas não as histórias como a de Ribeiro.

É, como se sabe, uma imprecisão grosseira baseada em seu bom desempenho entre esse eleitorado, a começar pela defesa que deixou de ser defesa do direito ao aborto no começo deste ano.

A pesquisa Datafolha de maio dá a medida: 44% dos evangélicos afirmam apoiar o presidente no primeiro turno, descontentados ai votos brancos e nulos e indecisos, enquanto 40% vão de Lula. Empate técnico, que se repete em simulações de segundo turno.

Do lado de Lula, o problema é análogo, embora a metodologia seja diferente. Arruados que já se viram entre ditos progressistas, reduzindo evangélicos a corruptos pela associação a Bolsonaro, não deverão ser registrados entre aliados do petista.

O ex-presidente já conta com um passivo muito grande em esse eleitorado, a começar pela defesa que deixou de ser defesa do direito ao aborto no começo deste ano.

Lula correteou em outros itens caros ao eleitor mais conservador, como seu apoio a ditaduras e a fala recente lembrando a gestão que fez para soltar os sequestradores do empresário Abílio Diniz.

A máquina de moer digital do bolsonarismo já juntou tudo no mesmo pacote para tascar rótulos anticristãos em Lula, que por ora conta mais com a gravidade do impacto da crise econômica entre os mais pobres — franjas que se sobrepõem à filiação evangélica.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

**Seção:** Política **Caderno:** A **Página:** 4, 5, 6 e 10